



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2009

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer a necessidade de notificação ao contribuinte caso detectada pelo fisco qualquer inconsistência na declaração de imposto de renda.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** O art. 7º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

**“Art. 7º .....**

**.....”**

§ 6º Caso detectada qualquer inconsistência ou incongruência na declaração apresentada, o contribuinte deverá ser notificado para que, no prazo de trinta dias, possa efetuar a devida retificação, antes da abertura de processo administrativo fiscal ou imposição de qualquer penalidade.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no dia primeiro de janeiro do ano subseqüente ao de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, impõe ao contribuinte do imposto de renda da pessoa física a obrigação de apresentar, anualmente, declaração dos rendimentos obtidos no ano-calendário anterior.

O procedimento de elaboração dessa declaração não é singelo. Muitos contribuintes optam por contratar profissionais especializados, normalmente com formação em ciências contábeis, para elaboração da declaração a ser apresentada.

Elaborada ou não pelo próprio contribuinte, muitas vezes a declaração apresenta erros involuntários e o contribuinte é penalizado.

Além disso, a demora no processamento das declarações cria uma dúvida para o contribuinte, no tocante à correção da declaração apresentada. A demora faz com que o contribuinte possa vir a pensar que está na chamada “malha fina”, o que pode lhe gerar preocupação e ansiedade.

A presente proposição objetiva resolver esse problema, determinando que o fisco deverá notificar o contribuinte quando verificar que há algum erro em sua declaração, permitindo-lhe, desse modo, retificá-la.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres colegas à aprovação dessa relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

## LEGISLAÇÃO CITADA

**Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995**

.....

Art. 7º A pessoa física deverá apurar o saldo em Reais do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário, e apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente, declaração de rendimentos em modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º O prazo de que trata este artigo aplica-se inclusive à declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1996, ano-calendário de 1995.

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá estabelecer limites e condições para dispensar pessoas físicas da obrigação de apresentar declaração de rendimentos.

I - as pessoas físicas cujos rendimentos tributáveis, exceto os tributados exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva, sejam iguais ou inferiores a R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), desde que não enquadradas em outras condições de obrigatoriedade de sua apresentação;

II - outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Fazenda, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

§ 3º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a prorrogar o prazo para a apresentação da declaração, dentro do exercício financeiro.

§ 4º Homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens, deverá ser apresentada pelo inventariante, dentro de trinta dias contados da data em que transitar em julgado a sentença respectiva, declaração dos rendimentos correspondentes ao período de 1º de janeiro até a data da homologação ou adjudicação.

§ 5º Se a homologação ou adjudicação ocorrer antes do prazo anualmente fixado para a entrega das declarações de rendimentos, juntamente com a declaração referida no parágrafo anterior deverá ser entregue a declaração dos rendimentos correspondente ao ano-calendário anterior.

.....

*(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)*

Publicado no **DSF**, em 02/09/2009.